



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéa – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

**Inspeção realizada na 2ª Vara da Comarca de
Maranguape/CE**

RELATÓRIO

Portaria nº 59/2019/CGJCE

**Corregedor Geral da Justiça:
Desembargador Teodoro Silva Santos**

**Juiz Corregedor Auxiliar:
Dr. Ernani Pires Paula Pessoa Júnior**

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSPEÇÃO (dados coletados do FICOVI)		
Processo	8503099-92.2019.8.06.0026	
Unidade	2ª Vara da Comarca de Maranguape	
Entrância	Intermediária	
Endereço	Rua Capitão Jeová Colares, s/n, Bairro Outra Banda, Maranguape	
Período da Inspeção	22/10/19	
Portaria	59/2019 (DJe de 28/06/2019)	
2 DA MAGISTRADA – DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS		
Nome: Dra. Deborah Cavalcante de Oliveira Salomão Guarines	Matrícula: 4338	
(X) Juíza de Direito () Juíza Substituta (X) Titular () Respondendo		
Ingresso na Magistratura: 22/11/2007	Ingresso na Vara: 01/06/2017	
Exercício cumulativo: () Sim (X) Não	Quais?	
A Magistrada reside na Comarca?	() Sim (X) Não	
OBS.: Está em trâmite o processo nº 8500135-41.2019.8.06.0119, instaurado em 30/09/2019, através do qual a magistrada requereu autorização para residir no Município de Fortaleza.		
A Magistrada estava presente no dia da inspeção?	(X) Sim () Não	
A Magistrada exerce a função de Diretora do Fórum?	() Sim (X) Não	
A Magistrada exerce função administrativa (CEJUSC, COMAN, Distribuição, Vice-Diretor)?	() Sim (X) Não Qual?	
A Magistrada exerce a Jurisdição Eleitoral?	() Sim (X) Não	
A Magistrada exerce a função de magistério?	() Sim (X) Não	
3 SECRETARIA – QUADRO DE PESSOAL (dados coletados do FICOVI)		
3.1 ANALISTAS JUDICIÁRIOS	TOTAL	1
Jamiesson dos Santos Nascimento		
3.2 OFICIAIS DE JUSTIÇA	TOTAL	0
CEMAN – Diretoria do Fórum		
3.3 TÉCNICOS JUDICIÁRIOS	TOTAL	1
Raimundo Nonato Nunes		
3.4 AUXILIARES JUDICIAIS	TOTAL	1
Luciene Cavalcante Aguiar		
3.5 CEDIDOS	TOTAL	8
Marcello de Sousa Ferreira		
Kessia Mayra de Oliveira		
Ryanna Hellen de Sousa Menezes		
Suzana Campelo Rebouças		

Francisco Sávio de Amorim		
Regina Cláudia da Silva		
Rosângela Silva Damasceno		
Mercia Silva de Sousa		
3.6	ESTAGIÁRIOS	TOTAL 1
Helenice do Nascimento Ferreira		
3.7	ASSISTENTE	
Ayana Marjury Paulo Fernandes		
3.8	SUPERVISORA	
Francisca Manuela Pessoa Santana		
4	DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA (dados coletados do FICOVI)	
Nome: Dra. Roselita Nogueira Vieira de Albuquerque Trocolli		
<input checked="" type="checkbox"/> Titular () Respondendo		
5	DA DEFENSORIA PÚBLICA (dados coletados do FICOVI)	
Nome: Dr. Rodrigo Augusto Costa de Oliveira		
<input checked="" type="checkbox"/> Titular () Respondendo		
6	DA UNIDADE JUDICIÁRIA (dados coletados do FICOVI)	
Competência: Jurisdição Cível e Criminal		
6.1	ESTRUTURA FÍSICA E CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL	
O espaço é adequado e suficiente para o desenvolvimento das atividades do juízo? () Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		
Possui acessibilidade? <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não		
Estrutura física: () Ótima () Boa <input checked="" type="checkbox"/> Regular () Péssima		
<u>Reclamações/constatações:</u>		
6.2	MOBILIÁRIO	
Mobiliário:	() Suficiente <input checked="" type="checkbox"/> Insuficiente	
Estado de conservação do mobiliário?	() Bom <input checked="" type="checkbox"/> Regular () Péssimo	
<u>Reclamações/constatações:</u>		
6.3	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	
Equipamentos à disposição:	() Suficiente () Regular <input checked="" type="checkbox"/> Insuficiente	
<u>Reclamações/constatações:</u> A Unidade possui apenas 8 computadores		
6.4	MATERIAL DE EXPEDIENTE	
Há falta de material de expediente?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não	
<u>Reclamações/constatações:</u>		
7	DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS (dados coletados do FICOVI)	
Quantos processos administrativos estão em curso na unidade:	-	
Quantos processos administrativos disciplinares estão em curso na unidade	-	
Processos são cadastrados no CPA	() Sim () Não	
8	DAS CUSTAS FINAIS (dados coletados do FICOVI)	

Há controle da cobrança das custas finais? (inclusive em processos arquivados)		(X) Sim () Não
Como é feito? Antes do arquivamento do processo, certificada a existência de custas finais devidas, a parte devedora é intimada para saldá-las. Não comprovado o pagamento no prazo assinalado, expede-se ofício à PGE, encaminhando os dados para inserção em dívida ativa.		
9 SISTEMAS PROCESSUAIS UTILIZADOS NA VARA (dados coletados do FICOVI)		
Processos Físicos	(X) SAJ Físico	
Processos Digitais	() SAJPG	(X) PJe
Data prevista para digitalização: agosto/2020		
10 DO ACERVO PROCESSUAL (dados extraídos do sistema SEI: ano 2019 – relatório gerado em 21/10/2019)		
Acervo: 4.954 processos		
OBS.: Segundo a Unidade o acervo seria de 6.202 processos, dos quais 5.304 físicos e 898 (PJe)		
Acervo na última inspeção – realizada em 21/09/2017: 4.372 processos (SEI – Setembro/2017) (processo nº 8503670-34.2017.8.06.0026)		
() Diminuiu	(X) Aumentou	Diferença: 582 processos
11 PRODUTIVIDADE (dados extraídos do sistema SEI)		
11.1 Gestão de desempenho (Ano: 2019 – relatório gerado em 21/10/2019)		
Processos novos	957	
Processos pendentes de julgamento	4025	
Processos julgados	538	
Processos pendentes de baixa	4954	
Processos baixados	479	
11.2 Gestão do acervo (Outubro/2019 – relatório gerado em 21/10/2019)		
Processos conclusos para sentença	499	
Processos julgados e não baixados	929	
Suspensão	295	
Reativado no mês	4	
Transitado no mês	23	
Em grau de recurso no mês	0	
Remetido a outro foro no mês	0	
Decisão interlocutória no mês	59	
Despacho no mês	142	
Expediente no mês	2775	
Arquivados definitivamente no mês	5	
Processos entrados no mês	49	
Processos julgados no mês	15	
11.3 Processos prioritários (Outubro/2019 – relatório gerado em 21/10/2019)		
Idoso	Pendente de Julgamento	209
	Pendente de Baixa	234
Doença grave	Pendente de Julgamento	31
	Pendente de Baixa	35
Réu preso	Pendente de Julgamento	29
	Pendente de Baixa	34
Portador de Necessidade Especial	Pendente de Julgamento	1
	Pendente de Baixa	2
11.4 Gestão de tempo e qualidade (Outubro/2019 – relatório gerado em 21/10/2019)		
Índice de processos com assunto cadastrado	92,78%	
Índice de conformidade de classe (CNJ)	94,57%	
12 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA MAGISTRADA		

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA MAGISTRADA DEBORAH CAVALCANTE DE OLIVEIRA SALOMÃO GUARINES NA 2ª VARA DA COMARCA DE MARANGUAPE, DE 10/2018 A 09/2019 (9 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	ACORDOS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES	DESPACHOS
579	193	692	794	2672
MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS DA MAGISTRADA DEBORAH CAVALCANTE DE OLIVEIRA SALOMÃO GUARINES NA 2ª VARA DA COMARCA DE MARANGUAPE, DE 10/2018 A 09/2019 (9 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	ACORDOS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES	DESPACHOS
64,33	21,44	76,89	88,22	296,89
13 SITUAÇÃO GERAL (dados coletados junto a Unidade Inspeccionada)				
13.1 PROCESSOS CONCLUSOS				
Para Decisão				266
Para Despacho				86
Liminares Pendentes de análise				-
OBS.: Segundo informações colhidas junto a magistrada não há postergação da apreciação do pedido liminar, sendo imediata a análise.				
13.2 PROCESSOS PARALISADOS (dados extraídos do sistema SEI: Outubro/2019 – relatório gerado em 21/10/2019)				
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 101 e 180 dias				500
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 181 e 360 dias				406
Quantidade dos processos conclusos paralisados há mais de 360 dias				728
Total				1634
13.3 PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS (dados extraídos do sistema SEI: Outubro/2019 – relatório gerado em 21/10/2019)				
Pendentes				772
13.4 CARTAS PRECATÓRIAS (dados extraídos do sistema SEI: Outubro/2019 – relatório gerado em 21/10/2019)				
Pendentes				207
13.5 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS CONTRA SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS (dados extraídos do relatório estatístico da Unidade Judiciária no dia 30/09/2019)				
Pendentes				Nada consta
13.6 PROCESSOS OBJETO DE REPRESENTAÇÃO (dados extraídos do relatório estatístico da Unidade Judiciária no dia 30/09/2019)				
Pendentes				Nada consta
14 AUDIÊNCIAS – ÚLTIMOS 12 MESES (dados extraídos do relatório estatístico da Unidade Judiciária no dia 30/09/2019 e do FICOVI)				
Audiências agendadas				1216
Audiências realizadas				796
Audiências não realizadas				78
Audiências canceladas/redesignadas				93
Processos aguardando a designação de audiências				0
Audiências de custódia realizadas				58
Audiência designada com a data mais distante				28/05/20
15 AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS (dados extraídos do sistema SEI: ano 2019 – relatório gerado em 21/10/2019)				
15.1 Taxa de Congestionamento (Meta 2019: 70,80%)				
Na última inspeção realizada pela CGJCE (09/2017)			Não informado em relatório	
2017			81,27%	
2018			80,72%	
2019			85,06%	
15.2 Índice de Atendimento à Demanda – IAD (Meta 2019: 124%)				

2017	86,32%
2018	86,46%
2019	50,05%
15.3 Meta 1 (Meta 2019 > 100%)	
2017	86,32%
2018	75,02%
2019	56,22%
15.4 Meta 2 (Meta 2019: 80%)	
Total de Processos em Janeiro/2019	1207
Total de processos pendentes de julgamento em Setembro/2019	1141
Total de processos julgados	66
2019 – Percentual de Atingimento	5,47%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2019	899,6
15.5 Meta 4 (Meta 2019: 70%)	
Total de Processos em Janeiro/2019	34
Total de processos pendentes de julgamento em Setembro/2019	35
Total de processos julgados	0
2019 – Percentual de Atingimento	0,00%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2019	23,8
15.6 Meta 6 (Meta 2019: 60%)	
Total de Processos em Janeiro/2019	12
Total de processos pendentes de julgamento em Setembro/2019	12
Total de processos julgados	0
2019 – Percentual de Atingimento	0,00%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2019	7,2
16 GERENCIAMENTO DE PROCESSOS (dados coletados junto a Unidade Inspeccionada)	
16.1 NA SECRETARIA	
Gestão Estratégica	
Com que frequência são verificados os processos com prazos excedidos?	() diária () semanal () quinzenal (X) mensal () não é feito controle.
É feito um monitoramento nos processos prioritários?	(X) sim () não Explique: A Secretaria possui escaninho próprio para referidos processos
É feito um acompanhamento do tempo de prisão dos presos provisórios e definitivos?	(X) sim () não Explique:
Gestão de Processo de Trabalho	
Os processos conclusos são imediatamente remetidos ao Gabinete?	(X) sim () não Explique:

A divisão do trabalho é feita:	<input type="checkbox"/> por dígito do processo <input type="checkbox"/> por matéria <input checked="" type="checkbox"/> por tarefa/caixas.
Os servidores realizam atos ordinatórios?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Como é feita a abertura de Malote Digital	<input checked="" type="checkbox"/> servidor específico <input type="checkbox"/> revezamento
Há uma rotina específica para a cobrança de autos com carga?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <u>Periodicidade:</u> Anualmente, durante a Inspeção Ordinária
Há uma rotina específica para a cobrança de cartas precatórias sem cumprimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <u>Periodicidade:</u> Anualmente, durante a Inspeção Ordinária
Há uma rotina específica para cobrança de mandados pendentes de cumprimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <u>Periodicidade:</u> Anualmente, durante a Inspeção Ordinária
É utilizado o BNMP 2.0?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Existe algum problema (demora) no cumprimento de mandados de prisão?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Quantidade de Mandados pendentes de cumprimento:	O controle é feito pela COMAN
Há presos cumprindo prisão provisória ou definitiva na Delegacia?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Há dificuldades na condução de presos para as audiências?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <u>Explique:</u> Ocasionalmente, a depender do estabelecimento prisional aonde o preso encontra-se recolhido, tendo melhorado consideravelmente no ano corrente
O aprazamento de audiências preliminares do Juizado Criminal é feito com o auxílio da delegacia?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Por que?
O agendamento de audiências é feito na Secretaria?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não <u>Explique:</u>
Há conciliador nomeado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <u>Explique:</u>
Conciliador é servidor efetivo?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Há demora na realização de perícias?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <u>Explique:</u>
A Secretaria adota alguma boa prática que merece ser destacada?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não <u>Explique:</u>
A unidade possui todos os livros obrigatórios (art. 33, Prov. n 01/2007)	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não
Gestão de Pessoas	
A Magistrada estabelece alguma meta para ser cumprida pela Secretaria?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não

A Magistrada realiza reuniões periódicas para avaliação das rotinas de trabalho / resultados?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não <u>Explique:</u>
Quantos servidores trabalham na Secretaria e quantos são bacharéis em direito:	Servidores da secretaria: 10 Bacharéis em direito: 03
Satisfação do Cliente	
Como é feito o atendimento ao público?	<input type="checkbox"/> servidor específico <input checked="" type="checkbox"/> revezamento
Existe livro próprio para anotação das reclamações feitas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não
Foi realizada alguma reclamação no último ano?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
É feita alguma análise das reclamações efetivadas?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não
16.2 NO GABINETE	
Gestão Estratégica	
Os processos com prioridade e urgência são analisados com que frequência?	<input checked="" type="checkbox"/> diária <input type="checkbox"/> semanal <input type="checkbox"/> quinzenal <input type="checkbox"/> mensal <input type="checkbox"/> não é feito controle
Existe algum critério na ordem de julgamentos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, qual? Prioridade legal, empreendendo-se esforços para sentenciar por ordem de antiguidade <input type="checkbox"/> não, por que?
Há planejamento/controlado de prazos para prolação de sentenças?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
Há plano de gestão na Vara?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não, por que?
O grupo de descongestionamento foi na unidade nos últimos 12 meses?	<input type="checkbox"/> sim, período: <input checked="" type="checkbox"/> não
Gestão de Processo de Trabalho	
A divisão de trabalho é feita:	<input checked="" type="checkbox"/> por ato judicial (despacho, decisão, sentença) <input type="checkbox"/> por classe processual (matéria)
Há espaço físico ou virtual distinto para controle dos processos prioritários?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Há espaço físico ou virtual distinto para controle dos processos suspensos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
A Magistrada adota alguma boa prática que mereça ser destacada?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não <u>Explique:</u>
É realizada pesquisa de endereço / bens do devedor através do Sistema da Receita Federal – InfoJud?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
É realizado pedido de bloqueio de bens através do Sistema BacenJud?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?

O Sistema RenaJud é utilizado, assim como o SerasaJud?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?	
O Sistema SIEL (do TRE) é utilizado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
O Infoseg é utilizado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?	
O Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC) é utilizado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?	
Gestão de Pessoas		
Há Assistente designado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
O assistente é servidor efetivo?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
À exceção do Assistente, tem servidores ou estagiários auxiliando a Magistrada no gabinete?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, quantos? 3 <input type="checkbox"/> não	
A Magistrada estabelece alguma meta de produtividade a ser cumprida no Gabinete?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, qual? Análise prioritária das petições iniciais, autos de prisão em flagrante e cartas precatórias <input type="checkbox"/> não	
A Magistrada realiza reuniões periódicas para acompanhamento e avaliação das rotinas de trabalho / reavaliação / resultados?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?	
17 PROJETOS (dados coletados do FICOVI)		
17.1 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEO CONFERÊNCIA		
Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência:	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Possui sala específica para a videoconferência?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Cadastro no SIMAVI foi realizado:	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Já realizou audiência por videoconferência:	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
18 NORMATIVOS IMPORTANTES (dados coletados junto a Unidade Inspeccionada)		
Normativo	Conteúdo	Aplicação
Provimento Conjunto nº 02/2019/PRES/CGJ-CE	Disciplina o recolhimento, destinação, controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária imposta em sede de transação penal e como condição da suspensão do processo, de acordo com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Provimento nº 01/2019/CGJCE	Define os atos ordinatórios a serem praticados de ofício pelas Secretarias das Unidades Judiciais para efetividade do disposto no art. 93, inciso XIV, da Constituição Federal, c/c o artigo 203, § 4º, do Código de Processo Civil.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Provimento nº 22/2018/CGJCE	Determina a utilização do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ/PG) para a prolação de sentenças.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Provimento nº 17/2018/CGJCE	Estabelece os critérios e define o procedimento da Inspeção Judicial Anual a ser adotado no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Egrégio Tribunal de Justiça do	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

	Estado do Ceará, sob os auspícios do art. 39, Lei nº 16.397/2017, e da Recomendação CNJ nº 12/2013 e regulamenta as disposições pertinentes.	
Provimento nº 08/2018/CGJCE	Autoriza os magistrados dos juizados especiais criminais e os demais juízes com competência criminal do Ceará a receber, mandar distribuir e processar os Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCO para o fim de deflagrar procedimento de natureza penal, lavrado por qualquer agente público regularmente investido na função de policiamento (art. 69, Lei 9099/95), a exemplo dos policiais militares, policiais rodoviários federais, escrivães e inspetores de Polícia Civil.	(X) Sim () Não
Provimento nº 06/2018/CGJCE	Estabelece para remessa de processos por declínio de competência entre os sistemas utilizados nas Unidades Judicial do Estado do Ceará.	(X) Sim () Não
Provimento nº 09/2017/CGJCE	Dispõe sobre a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais e dá outras providências.	(X) Sim () Não
Provimento nº 02/2017/CGJCE	Dispõe sobre a fiscalização da situação processual dos presos provisórios pelos Juízes de Direito das unidades judiciárias com competência criminal do Poder Judiciário do Estado do Ceará.	(X) Sim () Não
Provimento nº 05/2016/CGJCE	Dispõe sobre a obrigatoriedade da escoreita e completa alimentação dos dados de qualificação e histórico da parte passiva em feitos de natureza criminal no âmbito da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências.	(X) Sim () Não
Provimento nº 14/2019/CGJCE	Dispõe sobre os procedimentos relativos ao recambiamento de presos e a solicitação de escolta para acompanhar detentos a audiências dentro do Estado do Ceará.	(X) Sim () Não

19 PROCESSOS INSPECIONADOS

19.1 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS

Processos em andamento: **1.634, segundo dados extraídos do SEI – relatório gerado em 21/10/2019.**

Processo	Movimentação
0018300-43.2016.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 26/08/2016. Instrução encerrada em 27/09/2018, quando foram apresentadas as alegações finais pelas partes. Processo aguardando julgamento desde referida data. À Juíza da Vara, para julgamento do feito.
0013250-70.2015.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 23/09/2015. Instrução encerrada em 16/10/2018. Processo aguardando julgamento desde 19/02/2019. À Juíza da Vara, para julgamento do feito.

0002316-63.2009.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de Usucapião ajuizada em 08/12/2009. Processo paralisado desde 03/10/2018. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.
0000613-82.2018.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de Busca e Apreensão ajuizada em 26/10/2018. Processo paralisado desde 10/12/2018. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.
0016871-41.2016.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de Indenização ajuizada em 25/04/2016. Processo paralisado desde 19/02/2018. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.
0013481-34.2014.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação Revisional ajuizada em 12/11/2014. Processo paralisado desde 14/03/2018. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.
0017086-17.2016.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação Revisional ajuizada em 19/05/2016. Processo paralisado desde 06/11/2018. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.
0008790-16.2010.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação Declaratória ajuizada em 30/08/2010 no rito do Juizado Especial. Processo paralisado desde 15/01/2019. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.
0011285-28.2013.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de Execução ajuizada em 27/03/2013. Processo paralisado desde 21/05/2019. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.
0018737-50.2017.8.06.0119	Vistos em inspeção. Medida protetiva de urgência ajuizada em 11/10/2017 (Lei Maria da Penha). Processo aguardando decisão desde 29/11/2018. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.

19.2 CARTAS PRECATÓRIAS

Processos em andamento: **207, segundo dados extraídos do SEI – relatório gerado em 21/10/2019.**

Processo	Movimentação
0000166-94.2018.8.06.0119	Vistos em inspeção. Carta precatória para inquirição de testemunhas recebida em 19/09/2018, porém sem ser acompanhada de peças obrigatórias. Em 24/09/2018, foi oficiado ao deprecante para o envio das cópias necessárias ao cumprimento do ato, contudo sem resposta até a presente data. Recomenda-se à Secretaria da Vara o cumprimento do item 2 do despacho de fl. 80.
0000167-82.2019.8.06.0139	Vistos em inspeção. Carta precatória para notificação de parte recebida em 11/07/2019. Expediente encaminhado à COMAN em 24/07/2019, ainda sem retorno. À Secretaria da Vara, para cobrar o cumprimento e a devolução do expediente.
0003866-44.2019.8.06.0119	Vistos em inspeção. Carta precatória para citação de parte recebida em 23/09/2019. Expediente encaminhado à COMAN em 30/09/2019, ainda sem retorno. À Secretaria da Vara, para cobrar o cumprimento e a devolução do expediente.
0003625-70.2019.8.06.0119	Vistos em inspeção. Carta precatória para penhora e avaliação de bens recebida em 03/09/2019. Expediente encaminhado à COMAN em 30/09/2019, ainda sem retorno. À Secretaria da Vara, para cobrar o cumprimento e a devolução do expediente.
0000232-77.2019.8.06.0139	Vistos em inspeção. Carta precatória para citação de parte recebida em 14/10/2019. Expediente encaminhado à COMAN em 18/10/2019, ainda sem retorno. À Secretaria da Vara, para cobrar o cumprimento e a devolução do expediente.

19.3 PROCESSOS ATINENTES AO ESTATUTO DO IDOSO

Processos em andamento: **234, segundo dados extraídos do SEI – relatório gerado em 21/10/2019.**

Processo	Movimentação
0011098-49.2015.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de Reintegração de Posse ajuizada em 11/03/2015. Liminar reintegratória deferida em 18/04/2018. Processo contestado em 25/04/2018 e replicado em 04/06/2018. Processo paralisado desde 04/06/2018. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.
0017668-17.2016.8.06.0119	Vistos em inspeção. Medida Protetiva de urgência ajuizada em 02/06/2016 (Estatuto do Idoso). Processo movimentado em 04/04/2019, quando foi nomeada a Defensoria Pública para cumprir o munus de curadoria especial, sendo determinada a citação do requerido na pessoa do seu curador. Manifestação do curador especial apresentada em 30/07/2019. Processo paralisado desde referida data. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.
0013809-27.2015.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação Anulatória ajuizada em 11/11/2015. Processo movimentado em 09/05/2018, quando foi determinada a intimação da parte autora para manifestação sobre a contestação e os documentos apresentados pela parte ré. Expedientes intimatórios realizados, sendo certificado o decurso de prazo em 25/05/2019. Processo paralisado desde referida data. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.
0010774-59.2015.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação Previdenciária ajuizada em 05/02/2015. Despacho inicial emitido em 02/03/2015. O processo aguardou a confecção do expediente citatório pela Secretaria da Vara até o ano de 2019, com apresentação da contestação em 17/07/2019. Processo paralisado desde referida data. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.
0007903-32.2010.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de Usucapião ajuizada em 12/04/2010. Processo paralisado desde 11/02/2019, após manifestação ministerial indicando a desnecessidade de intervenção no feito. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.

19.4 PROCESSOS INSERIDOS NA META 2 DO CNJ

Processos em andamento: **1141, segundo dados extraídos do SPROC – setembro/2019.**

Processo	Movimentação
0011726-72.2014.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 03/07/2014 e ainda não julgada. Processo movimentado em 23/09/2019. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no processamento do feito, visando o cumprimento da Meta 2 do CNJ.
0013432-56.2015.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 07/10/2015 e ainda não julgada. Processo movimentado em 16/08/2019. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no processamento do feito, visando o cumprimento da Meta 2 do CNJ.
0012275-48.2015.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 25/06/2015 e ainda não julgada. Processo movimentado em 24/09/2019. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no processamento do feito, visando o cumprimento da Meta 2 do CNJ.

0000049-84.2010.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 15/01/2010 e ainda não julgada. Processo movimentado em 06/07/2016. O feito encontra-se suspenso após a instauração de incidente de insanidade mental do acusado, cujo procedimento aguarda despacho judicial desde 16/04/2019 (processo nº 0011043-98.2015.8.06.0119 – em apenso). Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no processamento do feito, visando o cumprimento da Meta 2 do CNJ.
0009138-97.2011.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 21/03/2011 e ainda não julgada. Processo movimentado em 18/02/2019. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no processamento do feito, visando o cumprimento da Meta 2 do CNJ.
19.5 PROCESSOS INSERIDOS NA META 4 DO CNJ	
Processos em andamento: 35, segundo dados extraídos do SPROC – setembro/2019.	
Processo	Movimentação
0001930-94.2014.8.06.0139	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 27/06/2014 e ainda não julgada. Crime da lei de licitações. Processo paralisado desde 07/03/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no processamento do feito, visando o cumprimento da Meta 4 do CNJ.
0013547-77.2015.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 01/07/2019 e ainda não julgada. Processo movimentado em 30/09/2019. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no processamento do feito, visando o cumprimento da Meta 4 do CNJ.
0001734-90.2015.8.06.0139	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 22/04/2015 e ainda não julgada. Crime da lei de licitações. Processo movimentado 08/04/2019. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no processamento do feito, visando o cumprimento da Meta 4 do CNJ.
0017078-40.2016.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 06/05/2016 e ainda não julgada. Crime contra a ordem tributária. Processo paralisado desde 06/08/2019. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no processamento do feito, visando o cumprimento da Meta 4 do CNJ.
0012294-54.2015.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de improbidade administrativa ajuizada em 26/06/2015 e ainda não julgada. Processo movimentado em 14/10/2019. Recomenda-se à Juíza da Vara, que imprima celeridade no processamento do feito, visando o cumprimento da Meta 4 do CNJ.
19.6 PROCESSOS INSERIDOS NA META 6 DO CNJ	
Processos em andamento: 12, segundo dados extraídos do SPROC – setembro/2019.	
Processo	Movimentação
0011549-74.2015.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação civil pública ajuizada em 23/04/2015 e ainda não julgada. Processo paralisado desde 23/03/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara, que imprima celeridade no processamento do feito, visando o cumprimento da Meta 6 do CNJ.
0013609-54.2014.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação civil pública ajuizada em 26/11/2014 e ainda não julgada. Processo paralisado desde 02/04/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara, que imprima celeridade no processamento do feito, visando o cumprimento da Meta 6 do CNJ.

0012322-22.2015.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação civil pública ajuizada em 26/06/2015 e ainda não julgada. Processo paralisado desde 12/08/2019. Recomenda-se à Juíza da Vara, que imprima celeridade no processamento do feito, visando o cumprimento da Meta 6 do CNJ.
0013425-64.2015.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação civil pública ajuizada em 07/10/2015 e ainda não julgada. Processo movimentado em 14/10/2019. Recomenda-se à Juíza da Vara, que imprima celeridade no processamento do feito, visando o cumprimento da Meta 6 do CNJ.
19.7 MANDADOS DE SEGURANÇA	
Processos em andamento: 17, segundo dados extraídos do FICOVI.	
Processo	Movimentação
0161789-07.2016.8.06.0001	Vistos em inspeção. Mandado de Segurança impetrado em 28/09/2016 e julgado em 18/04/2018. Processo movimentado em 14/10/2019, com ordem de remessa ao TJCE para apreciação de recurso. À Secretaria da Vara, para cumprimento do despacho judicial.
0017195-94.2017.8.06.0119	Vistos em inspeção. Mandado de Segurança impetrado em 31/05/2017. Processo aguardando julgamento desde 04/04/2018. À Juíza da Vara, para julgamento do feito.
0018338-55.2016.8.06.0119	Vistos em inspeção. Mandado de Segurança impetrado em 18/11/2016 e ainda não julgado. À Juíza da Vara, para imprimir celeridade no encerramento da presente demanda.
0018357-27.2017.8.06.0119	Vistos em inspeção. Mandado de Segurança impetrado em 06/09/2017 e ainda não julgado. À Juíza da Vara, para imprimir celeridade no encerramento da presente demanda.
0019852-56.2009.8.06.0000	Vistos em inspeção. Mandado de Segurança impetrado em 08/12/2009 e julgado em 25/07/2016. Publicação da sentença efetivada somente em 03/07/2019, com certificação de decurso do prazo em 27/09/2019. À Secretaria da Vara, para cumprir a parte final da sentença de fls. 176/179.
19.8 PROCESSOS DE RELACIONADOS AO DIREITO DE FAMÍLIA	
Processos em andamento: Dado indisponível no relatório gerencial (FICOVI).	
Processo	Movimentação
0017132-06.2016.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de divórcio ajuizada em 10/05/2016. Processo movimentado em 14/10/2019. À Secretaria da Vara, para cumprir o despacho de fl. 56.
0018261-75.2018.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de alimentos ajuizada em 21/08/2018. Processo movimentado em 07/08/2019. À Secretaria da Vara, para cumprir o despacho de fl. 22, prolatado em 07/08/2019.
0001960-66.2013.8.06.0139	Vistos em inspeção. Ação de investigação de paternidade ajuizada em 07/10/2013. Processo paralisado desde 12/12/2017. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.
0009029-69.2000.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de alimentos ajuizada em 31/10/2001 e julgada em 03/12/2001. Pedido de cumprimento de sentença ofertado em 10/04/2018. Processo movimentado em 05/04/2019. À Juíza da Vara, para imprimir celeridade no encerramento da presente demanda.

0016361-28.2016.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de homologação de acordo de alimentos ajuizada em 07/03/2016 e julgada em 14/09/2016. Pedido de cumprimento de sentença ofertado em 26/10/2017. Processo movimentado em 03/04/2019. À Juíza da Vara, para imprimir celeridade no encerramento da presente demanda.
19.9 PROCESSOS COM RÉUS PRESOS	
Processos em andamento: 34, segundo dados extraídos do SEI – relatório gerado em 21/10/2019.	
Processo	Movimentação
0003687-13.2019.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 06/09/2019. Crime de violência doméstica ocorrido em 26/08/2019. Réu preso em flagrante delito em referida data. Decisão de recebimento da denúncia emitida em 03/10/2019. Expediente de citação encaminhado à COMAN em 11/10/2019. Recomenda-se à Secretaria da Vara cobrar a devolução do expediente cumprido.
0003513-04.2019.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 26/08/2019. Crime do art. 16, da Lei nº 10.826/03, ocorrido em 13/08/2019. Réu preso em flagrante delito em referida data. Decisão de recebimento da denúncia emitida em 16/09/2019. Citação efetivada em 30/09/2019, com decurso do prazo sem apresentação de resposta à acusação, consoante certidão emitida em 18/10/2019. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.
0017207-74.2018.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 30/05/2018. Crime de tráfico de drogas ocorrido em 29/04/2018. Réu preso em flagrante delito em referida data. Encerrada a prova oral em 26/09/2019. Processo aguardando juntada dos laudos de exames toxicológicos, com expedição de ofícios às autoridades policiais competentes. Recomenda-se à Secretaria da Vara o acompanhamento do cumprimento do ofício requisitório.
0003655-08.2019.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 04/09/2019. Crimes de porte ilegal de arma de fogo e corrupção de menores ocorridos em 22/08/2019. Réu preso em flagrante delito em referida data. Decisão de recebimento da denúncia emitida em 26/09/2019. Carta precatória citatória encaminhada à Comarca de Caridade em 21/10/2019. Recomenda-se à Secretaria da Vara que acompanhe o cumprimento e a devolução da mencionada carta.
0000896-08.2018.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 26/11/2018. Crime de quadrilha ou bando e outros. Prisão preventiva dos acusados em 03/05/2019. Audiência de instrução designada para o dia 02/12/2019.
19.10 ALVARÁ JUDICIAL	
Processos em andamento: 118, segundo dados extraídos do FICOVI.	
Processo	Movimentação
0012097-36.2014.8.06.0119	Vistos em inspeção. Alvará judicial ajuizado em 02/07/2014 e ainda não julgado. Processo impulsionado em 16/09/2019. Recomenda-se à Juíza da Vara agilizar o encerramento da presente demanda, a qual não possui complexidade.
0017274-39.2018.8.06.0119	Vistos em inspeção. Alvará judicial ajuizado em 06/06/2018 e ainda não julgado. Processo impulsionado em 06/06/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara agilizar o encerramento da presente demanda, a qual não possui complexidade.

0000838-05.2018.8.06.0119	Vistos em inspeção. Alvará judicial ajuizado em 19/11/2018 e ainda não julgado. Processo impulsionado em 21/11/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara agilizar o encerramento da presente demanda, a qual não possui complexidade.
0003879-43.2019.8.06.0119	Vistos em inspeção. Alvará judicial ajuizado em 23/09/2019 e ainda não julgado. Processo impulsionado em 04/10/2019. Recomenda-se à Juíza da Vara agilizar o encerramento da presente demanda, a qual não possui complexidade.
0003777-21.2019.8.06.0119	Vistos em inspeção. Alvará judicial ajuizado em 13/09/2019 e ainda não julgado. Processo impulsionado em 17/09/2019. Recomenda-se à Juíza da Vara agilizar o encerramento da presente demanda, a qual não possui complexidade.

19.11 CURATELA

Processos em andamento: **137, segundo dados extraídos do FICOVI.**

Processo	Movimentação
0012872-17.2015.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de Interdição ajuizada em 18/08/2015 e ainda não julgada. Último impulso judicial em 07/05/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade na tramitação da presente demanda, por tratar o feito sobre pessoa portadora de doença grave.
0011014-87.2011.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de Interdição ajuizada em 25/11/2011 e ainda não julgada. Processo aguardando despacho judicial desde 14/08/2019. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade na tramitação da presente demanda, por tratar o feito sobre pessoa portadora de doença grave.
0013826-63.2015.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de Interdição ajuizada em 11/11/2015 e ainda não julgada. Processo aguardando despacho judicial desde 31/07/2019. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade na tramitação da presente demanda, por tratar o feito sobre pessoa portadora de doença grave.
0016944-42.2018.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de Interdição ajuizada em 04/05/2018 e ainda não julgada. Processo aguardando despacho judicial desde 31/07/2019. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade na tramitação da presente demanda, por tratar o feito sobre pessoa portadora de doença grave.
0016930-58.2018.8.06.0119	Vistos em inspeção. Pedido de remoção de curador c/c levantamento parcial de interdição ajuizado em 03/05/2018 e ainda não julgado. Processo aguardando despacho judicial desde 25/05/2019. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade na tramitação da presente demanda, por tratar o feito sobre pessoa portadora de doença grave.

19.12 PROCESSOS DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processos em andamento: **1159, segundo dados extraídos do FICOVI.**

Processo	Movimentação
0017214-37.2016.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de indenização ajuizada em 18/05/2016. Sessão de conciliação realizada em 12/07/2017. Processo paralisado desde 30/07/2019. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.
0016549-21.2016.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de reparação de danos ajuizada em 29/03/2016. Sessão de conciliação realizada em 30/01/2017. Processo paralisado desde 30/10/2017. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.

0016780-48.2016.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de reparação de danos ajuizada em 14/04/2016. Sessão de conciliação realizada em 11/07/2018. Processo paralisado desde 27/06/2019. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.
0016963-19.2016.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação declaratória ajuizada em 03/05/2016. Sessão de conciliação realizada em 13/02/2017. Processo paralisado desde 15/08/2019. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.
0014134-02.2015.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de reparação de danos ajuizada em 16/08/2015. Sessão de conciliação realizada em 12/07/2017. Processo paralisado desde 12/03/2018. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.
19.13 PROCESSOS DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	
Processos em andamento: 291, segundo dados extraídos do FICOVI.	
Processo	Movimentação
0000114-98.2018.8.06.0119	Vistos em inspeção. TCO ajuizado em 18/09/2018. Crime de uso de entorpecentes. Fato ocorrido em 13/09/2018. Audiência preliminar ainda não realizada. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.
0017755-70.2016.8.06.0119	Vistos em inspeção. TCO ajuizado em 05/07/2016. Contravenção Penal. Fato ocorrido em 24/06/2016. Audiência preliminar realizada em 21/06/2018, com homologação de transação penal. Pena alternativa integralmente cumprida, consoante certidão emitida em 22/08/2019 (fl. 36). À Juíza da Vara, para decisão.
0001076-87.2019.8.06.0119	Vistos em inspeção. TCO ajuizado em 11/01/2019. Crime de trânsito. Fato ocorrido em 30/12/2018. Audiência preliminar ainda não realizada. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.
0016365-31.2017.8.06.0119	Vistos em inspeção. TCO ajuizado em 15/03/2017. Crime de lesão corporal. Fato ocorrido em 11/03/2017. Audiência preliminar ainda não realizada. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.
0001234-45.2019.8.06.0119	Vistos em inspeção. TCO ajuizado em 23/01/2019. Crime ambiental. Fato ocorrido em 04/12/2018. Audiência preliminar realizada em 03/10/2019, sem homologação de transação penal em virtude de o autor do fato já ter sido recentemente beneficiado pelo mencionado instituto. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.
19.14 PROCESSOS MAIS ANTIGOS EM TRAMITAÇÃO	
Processo	Movimentação
0001412-58.2000.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de inventário ajuizada em 19/09/1988. Processo movimentado em 19/06/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara agilizar o encerramento da demanda.
0001710-50.2000.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de execução ajuizada em 27/04/1993. Processo movimentado em 03/10/2017. Recomenda-se à Juíza da Vara agilizar o encerramento da demanda.
0003043-37.2000.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de inventário ajuizada em 10/09/1994. Processo movimentado em 22/07/2016. Recomenda-se à Juíza da Vara agilizar o encerramento da demanda.

0001588-37.2000.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de inventário ajuizada em 21/08/1996. Processo paralisado desde 20/02/2015. Recomenda-se à Juíza da Vara agilizar o encerramento da demanda.
0003042-52.2000.8.06.0119	Vistos em inspeção. Ação de falência ajuizada em 26/08/1983. Processo paralisado desde 18/12/2012. Recomenda-se à Juíza da Vara agilizar o encerramento da demanda.

20 RECLAMAÇÕES

NÃO HOUVE RECLAMAÇÕES.

21 RECOMENDAÇÕES

I) Cumprir a Meta 1, do CNJ, no ano de 2019, uma vez que a Unidade apresenta o insatisfatório índice de 56,22%, conforme dados extraídos do sistema SEI – relatório gerado em 21/10/2019.

II) Cumprir a Meta 2, do CNJ, no ano de 2019, julgando, até dezembro do ano corrente, no mínimo 899,6 feitos, uma vez que a Unidade apresenta o baixo percentual de atingimento de 5,47%.

III) Cumprir a Meta 4, do CNJ, no ano de 2019, julgando, até dezembro do ano corrente, no mínimo 23,8 feitos, uma vez que a Unidade apresenta percentual de atingimento zero.

IV) Cumprir a Meta 6, do CNJ, no ano de 2019, julgando, até dezembro do ano corrente, no mínimo 7,2 feitos, uma vez que a Unidade apresenta percentual de atingimento zero.

V) Providenciar a baixa dos processos julgados e não baixados, no prazo de 120 dias, já que, conforme os dados obtidos do sistema SEI (relatório gerado em 21/10/2019), existem 929 processos em tal situação em outubro de 2019.

VI) Movimentar, no prazo de 120 dias, todos os processos atualmente conclusos há mais de 100 dias (1.634 feitos), conforme os dados obtidos do sistema SEI (relatório gerado em 21/10/2019).

VII) Procurar reduzir, até 19/12/2019, a taxa de congestionamento da Unidade, atualmente no percentual de 85,06%, visando o atendimento da Meta para 2019 que é de 70,80%.

VIII) Procurar aumentar, até 19/12/2019, o Índice de Atendimento à Demanda da Unidade, atualmente no percentual de 56,22%, visando o atendimento da Meta para 2019 que é de 124%.

IX) Identificar com tarjas, no prazo de 120 dias, todos os processos das Metas 2, 4 e 6, do CNJ, bem como os mandados de segurança, idosos e réus presos, para facilitar a localização e tramitação célere dos mesmos.

X) Dispensar maior agilidade nos feitos do Juizado Especial, visando o atendimento dos objetivos do rito especial, com rápido julgamento das demandas, porquanto, conforme informações do FICOVI, há 291 procedimentos criminais e 1159 cíveis, alguns dos quais apresentando morosidade como detectado no planilhamento acima.

XI) Imprimir maior celeridade na tramitação e devolução das cartas precatórias, uma vez que constatou-se o excessivo número de 207 feitos dessa natureza em andamento na Unidade, conforme os dados obtidos do sistema SEI (relatório gerado em 21/10/2019).

XII) Imprimir maior agilidade nas ações referentes a alvarás judiciais, as quais não possuem complexidade e apresentam tramitação morosa.

XIII) Dispensar maior atenção nas causas vinculadas ao Estatuto do Idoso, já que detectou-se morosidade em alguns dos feitos planilhados, consoante planilhamento supra.

XIV) Imprimir maior celeridade no andamento dos processos de curatela, por envolverem portadores de doenças graves, uma vez que tais feitos apresentam atrasos consideráveis.

XV) Utilizar o sistema de audiências por videoconferência nos processos de réus presos, que estejam em estabelecimentos prisionais de outros Juízos.

XVI) Dispensar a necessária atenção aos feitos mais antigos da Unidade, visando o encerramento dos mesmos.

XVII) Fazer rigoroso acompanhamento, em lapso temporal mais razoável, dos processos com carga, bem assim dos prazos de cumprimento dos mandados

encaminhados à COMAN, porquanto, embora ocorra rotina específica para cobrança, a periodicidade anual para tanto (dados extraídos do FICOVI), por ocasião da Inspeção Ordinária, afigura-se aquém do desejável. Foi detectado, em alguns feitos inspecionados, atrasos no cumprimento dos mandados encaminhados à COMAN.

XVIII) Elaborar e executar um plano de trabalho/gestão processual na Unidade, visando, no prazo de 120 dias, regularizar a prestação jurisdicional, com incremento da produtividade, redução do acervo, movimentação dos processos paralisados há mais de 100 dias e cumprimento das Metas do CNJ.

XIX) Providenciar a Secretaria da Vara a numeração completa das folhas dos processos, assim como a aposição de rubrica do servidor, uma vez que, em vários feitos inspecionados, não se observou tais atos.

XX) Cumprir, no prazo de 120 dias, as recomendações pontuadas nos processos inspecionados.

22 CONCLUSÃO

Os trabalhos inspecionais e os dados estatísticos permitiram o exame da Unidade fiscalizada, o que foi bastante para a formação de um diagnóstico acerca do desenvolvimento das atividades jurisdicionais.

A inspeção realizada na 2ª Vara da Comarca de Maranguape revelou, de modo geral, a existência de atraso na prestação jurisdicional e de expressivo acervo processual (**4.954** feitos pendentes de baixa, dos quais **4.025** pendentes de julgamento – dados extraídos do Sistema SEI no dia 21/10/2019), inclusive com aumento de **582** processos, em relação aos números da última inspeção realizada pela Corregedoria Geral da Justiça, no dia 21/09/2017 (processo nº 8503670-34.2017.8.06.0026).

Com efeito, verificou-se na presente inspeção: *I – 1.634 processos paralisados há mais de 100 dias (32,98% do acervo); II – 499 processos conclusos para sentença; III – expressiva quantidade de precatórias (207); IV – não atingimento da Meta 1, do CNJ, no corrente ano (percentual de 56,22%); V – baixos índices de atendimento das Metas 2, 4 e 6, do CNJ, no corrente ano (5,47%, 0% e*

0%, respectivamente); VI – taxa de congestionamento acima da meta estipulada para o ano de 2019 (85,06%), a qual aumentou em relação ao ano de 2018 (80,72%); VII – índice de atendimento à demanda muito abaixo da meta estipulada para o ano de 2019 (50,05%); VIII – expressiva quantidade de processos do Juizado Especial (1.159 feitos cíveis e 291 criminais); IX – 929 processos julgados e não baixados; X – tramitação morosa dos processos referentes a mandados de segurança, alvarás judiciais, curatela e do Estatuto do Idoso.

O serviço judiciário na 2ª Vara de Maranguape é desempenhado pela Dra. Deborah Cavalcante de Oliveira Salomão Guarines, Juíza Titular da Unidade, desde 22/11/2017.

Inobstante a magistrada apresentar boa produtividade no Juízo, referente ao período de outubro de 2018 a setembro de 2019, 9 meses trabalhados (**homologou 193 acordos - média mensal de 21,44 -, prolatou 579 sentenças - média mensal de 64,33 -, proferiu 794 decisões interlocutórias - média mensal de 88,22 -, emitiu 2.672 despachos - média mensal de 296,89 -, realizando 692 audiências - média mensal de 76,89**), não está cumprindo a Meta 1, do CNJ, no ano corrente (**56,22%**), também não atendida nos anos de 2018 e 2017 (**75,02%** e **86,32%**, respectivamente).

Por outro lado, detectou-se que os processos de réus presos, bem como os ligados ao direito de família, possuem regular andamento.

Outrossim, constatou-se o empenho da magistrada na realização das audiências de custódia (realizou **58** audiências de custódia nos últimos 12 meses – dados extraídos do FICOVI), adotando-se como praxe no Juízo inspecionado a imediata requisição do preso após o comunicado do flagrante, nos dias úteis, encaixando-se o ato na pauta regular de audiências.

Destarte, por tudo aqui observado, entende-se ser pertinente oportunizar à Dra. Deborah Cavalcante de Oliveira Salomão Guarines o prazo de **120 dias** visando a execução de um plano de trabalho/gestão processual, com monitoramento da Unidade

durante o referido período, mediante avaliação mensal da prestação jurisdicional do módulo, mormente em relação à diminuição do acervo, cumprimento das Metas do CNJ e movimentação dos feitos paralisados há mais de 100 dias, para, posteriormente, avaliar a necessidade ou não de aprofundamento da matéria no âmbito disciplinar.

Portanto, **sugere-se** a Vossa Excelência **que determine à Coordenadoria de Correição e Monitoramento das Unidades Judiciárias deste Órgão Censor o acompanhamento da 2ª Vara da Comarca de Maranguape, pelo período de 120 dias, com avaliação mensal dos dados relativos ao acervo, produtividade da Magistrada, cumprimento das metas 1, 2, 4 e 6, do CNJ, índice de taxa de congestionamento e movimentação dos feitos paralisados há mais de 100 dias, bem assim a respeito do cumprimento das recomendações efetivadas neste relatório.**

Por fim, foi entregue cópia deste relatório à Magistrada, para fins de ciência/cumprimento das recomendações realizadas.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência.

Maranguape/CE, 22 de outubro de 2019.

ERNANI PIRES PAULA PESSOA JÚNIOR

Juiz Corregedor Auxiliar